

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL - REDE DOCTUM DE ENSINO**

**CONTABILIDADE INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA E OS OBSTÁCULOS
NA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

Igor Santiago Cadeira Madalena^{*}
Maria de Lourdes Monteiro Carvalho^{}**

RESUMO

Contabilidade Internacional é indispensável para qualquer organização que deseja expandir seus negócios. Regulamentada pelo IASB (International Accounting Standards Board), foi criada as IFRS (International Financial Reporting Standards), que são um conjunto de normas e procedimentos de contabilidade. No Brasil, as normas internacionais de contabilidade surgiram com a promulgação da Lei n.º 11.638, em 2007. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. As IFRS são analisadas e publicadas como procedimentos técnicos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Para responder os objetivos desse trabalho de entender a importância de aplicar as IFRS, e também suas dificuldades, foram utilizados como metodologia nesse trabalho, pesquisa de natureza aplicada, abordagem quali-quantitativa e objetivo exploratório. Foram utilizados estudos bibliográficos e aplicação de questionários, para averiguar como foi e está sendo esse processo de harmonização das normas brasileiras às Normas Internacionais. Conclui-se que enfrentando dificuldades como prazo apertado, complexidades de algumas mudanças e aumento dos custos para as empresas, os benefícios nem sempre são percebidos pelos usuários das informações contábeis. Assim, espera-se que esse trabalho possa contribuir para o esclarecimento dos assuntos relacionados ao processo de adequação às Normas Internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: Normas Internacionais. Adequação. Expansão de Negócios.

^{*} Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade Doctum de João Monlevade; e-mail igorsantiago12@hotmail.com.

^{**} Professor Orientador. Especialista em Gestão Empresarial. Bacharel em Ciências Contábeis e Administração; e-mail lourdinhamonteiro@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Internacional, hoje em dia, se torna indispensável para qualquer organização que deseja expandir seus negócios. Qual é a importância e os obstáculos de implementar as Normas Internacionais de Contabilidade?

Regulamentada pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), foi criado as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que são um conjunto de normas e procedimentos de contabilidade, que objetivam padronizar as demonstrações contábeis entre vários países, a fim de ser possível a compreensão das demonstrações entre eles.

A contabilidade se diferencia em cada país ou região devido a vários fatores, como cultura, economia e política. A padronização da contabilidade geram oportunidades para que investidores externos possam entender e escolher onde aplicar seus investimentos. As IFRSs foram criadas para este propósito; tornar a contabilidade uma linguagem universal, normatizando as técnicas e demonstrações contábeis, para que a economia possa se desenvolver e abrir espaço para investidores externos.

No Brasil, as normas internacionais de contabilidade surgiram como a promulgação da Lei n.º 11.638, em 2007. As IFRSs são analisadas e publicadas como procedimentos técnicos pelo CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, desde 2018, com até o atual momento, 51 pronunciamentos.

As mudanças causadas pela adoção das IFRS no Brasil causaram muita inquietação, especialmente para os contadores, gestores, auditores e para o mercado de capitais, importante usuário da informação contábil divulgada. Pode-se afirmar que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a sua utilidade para o usuário dessa informação; melhorias visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas, que são as características qualitativas da informação contábil e que as tornam úteis.

Neste artigo, serão utilizados como metodologia, estudos bibliográficos, analisando o processo de adequação e benefícios para as empresas, que pretendem ou já utilizam as Normas Internacionais de Contabilidade. Além disso, serão feitas pesquisas, para averiguar na prática, as melhorias desse processo de adequação.

Através deste artigo, objetiva-se verificar qual é a importância e os obstáculos de implementar as Normas Internacionais de Contabilidade. Analisar economicamente a utilização das normas IFRS, na melhoria e crescimento das empresas, entender as necessidades de aplicação das Normas Internacionais, na elaboração de demonstrações contábeis e identificar os obstáculos na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a economia globalizada, vários países começaram a investir em outros países, inclusive o Brasil. A contabilidade é a principal linguagem de comunicação empresarial, sendo de extrema importância para tomadas de decisão. Sobre esse assunto, Niyama (2009, p. 15) afirma que a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios, por ser onde os agentes econômicos buscam informações relacionadas à situação da empresa e avaliam os riscos de realizarem investimentos. Para esta tomada de decisões, sempre são utilizados diversos relatórios contábeis, para o auxílio na concretização dos seus negócios. Portanto a importância das demonstrações contábeis passou a ser de nível internacional, principalmente relevante neste cenário atual de mercados globalizados.

Porém, a contabilidade de cada país é diferente, pois cada nação adota um meio de criar as demonstrações contábeis, dificultando seu entendimento por profissionais de contabilidade de outros países. Mas pela efetivação da contabilidade internacional

“[...] eventualmente o máximo que se exigirá será a tradução do idioma, e não mais das práticas contábeis. A contabilidade internacional se justifica como contribuição de uma categoria profissional ao desenvolvimento econômico” (CARVALHO, LEMES, COSTA, 2005, p. 15).

2.1 IASB e IRFS

Com o objetivo de criar um padrão para a harmonização da contabilidade, foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*), que seria o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, em 2000, responsável pela criação das

IRFS (*International Financial Reporting Standards*). O IASB é um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis, [...] constituído por mais de 140 entidades profissionais de todo mundo (NIYAMA, 2009, p. 40).

Conforme constituição, os objetivos do IASB são:

- a) Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- b) Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas;
- c) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade.

O que a IASB espera, é que haja uma comparação entre as informações contábeis de empresas em outros países, permitindo o entendimento por outras organizações com economias e costumes distintas (NIYAMA, 2009, p. 41).

2.2 Lei 11.638/2007

Com a Lei 11.638/2007, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas por IFRS. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras (SAIKI e ANTUNES, 2010).

A Lei n.º 11.638, foi promulgada em 28 de dezembro de 2007, alterando e revogando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976. Esta lei teve a intenção de adequar às normas brasileiras de contabilidade, que já vigoravam a cerca de 30 anos, às normas internacionais de contabilidade. Porém, a adoção das IFRSs, só se tornou obrigatória para as empresas no ano de 2010. Isso através do Comunicado n.º 14.259, de 10 de março de 2006, quando o Banco Central do Brasil (BACEN) solicitou das instituições financeiras suas

demonstrações contábeis elaboradas e publicadas conforme as IFRS. Algumas das principais mudanças, trazidas por esta Lei 11.638/07 são:

No Grupo do Balanço Patrimonial, houve mudanças no Ativo e Passivo, que ficou dividido em Circulante e Não Circulante. Criação do subgrupo “Intangível” no grupo do Ativo Não Circulante. Extinção do grupo Ativo Permanente e do subgrupo Ativo Diferido, que são gastos com serviços que beneficiarão resultados de exercícios futuros da empresa.

Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (teste de *impairment*). *Impairment* é uma palavra em inglês que em sua tradução literal significa deterioração. Tecnicamente trata-se da redução do valor recuperável de um ativo. A obrigatoriedade do Teste de Impairment com periodicidade anual, segundo a Lei Nº. 11.638/07 é para as Sociedades de Grande Porte que tiverem, no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias. A DFC é uma demonstração comum no âmbito financeiro e administrativo, auxiliando na tomada de decisão. Iudicibus (1995, p. 603) afirma que a DFC demonstra tão-somente as variações ocorridas no caixa como também as ocorridas nas contas correntes bancárias.

Além desta substituição, torna-se obrigatória, somente para as companhias abertas, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Conforme Braga e Almeida (2008) a DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu. Também de que forma essa riqueza foi distribuída e quanto ficou retido na empresa.

Com o advento da Lei 11.638/2007 passou a ser exigido o IFRS, a partir de 2010, para instituições financeiras e empresas de capital aberto. O CPC definiu que, a partir de 2010, a adoção do IFRS passa a ser exigido para todas as empresas, inclusive micro e pequenas (MPEs), mesmo aquelas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional (BRASIL, 2007).

2.3 CPC, Comitê dos Pronunciamentos Contábeis

O Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2018) foi constituído por seis entidades, que são: Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IMBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI).

Criado pela Resolução CFC (2018) nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais". O CPC, desde 2008 é responsável pela interpretação das normas internacionais de contabilidade (IFRS), publicando-as, através de Pronunciamentos Técnicos Contábeis. Até o momento temos 51 publicações da CPC.

2.4 Contabilidade em outros países

Cada país possui seu próprio modelo político, cultura e economia distintas, e como a contabilidade é fruto da interação desses fatores, é normal que a contabilidade adote normas diferentes em cada região. No geral, existem dois tipos de classificação de sistemas contábeis; o modelo Anglo-Saxão e o modelo Continental. O modelo Anglo-Saxão tem como características a existência de uma profissão contábil forte e atuante, sólido mercado de capitais, pouca interferência governamental na definição de práticas contábeis e as demonstrações financeiras buscam atender primeiramente os investidores. Alguns exemplos de países que seguem esse modelo são: Inglaterra, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Índia e África do Sul. Já o modelo Continental é composto por países da América do Sul, França, Alemanha, Itália, Japão, entre outros. Nesse tipo de modelo contábil a profissão contábil é fraca e pouco atuante e possui forte interferência do governo no

estabelecimento de padrões contábeis. Além disso, as demonstrações buscam atender em primeiro lugar, os credores e o Governo, em vez dos investidores (NIYAMA, 2009, p. 16 a 17).

2.5 Nova Prática no Brasil

No Brasil a contabilidade foi se desenvolvendo à medida que o mercantilismo se proliferava país a fora. Com a chegada da globalização e a consequente expansão da contabilidade internacional emergiu a necessidade de uniformizar as normas contábeis numa maneira mais compreensiva para os usuários não só do Brasil como de outros países (AGOSTINI; CARVALHO, 2012).

O processo brasileiro de adoção das normas contábeis fundamentadas no padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), teve efetivo início com as sociedades abertas e empresas de grande porte, a partir de 1º de janeiro de 2008, após a promulgação da Lei 11.638/07 (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009, p. 151). A partir do ano de 2010, o uso das Normas Internacionais, se torna obrigatório para todas as empresas, não somente pelas de grande porte e de capital aberto. Porém na realidade, as empresas e contadores não andam no mesmo passo que a legislação, que conforme Torres (2010), a adesão ao novo padrão será feita aos poucos e não atingirá tão cedo boa parte das companhias, já que não haverá recorrente fiscalização. Além também de elevar os custos das mensalidades de contadores, que cobraram mais caro para fazerem um serviço mais completo. Porém causará uma melhora na gestão das empresas brasileiras, que passarão a ter informações mais consistentes sobre seu desempenho.

Segundo Niyama (2009, p. 29) o profissional brasileiro é representado por dois órgãos: o CFC e o IBRACON, porém eles não são politicamente fortes para poderem influenciar os órgãos governamentais. No Brasil a profissão ainda só é lembrada no momento de apresentar declarações de Imposto de Renda ou quando há falências de grandes empresas. Em países que seguem o modelo de contabilidade Continental, como o Brasil, os contadores não possuem poder para formular normas e padrões contábeis; diferente de países que seguem o modelo anglo-saxão, Estados Unidos e Austrália, por exemplo.

A Lei n 11.638, que introduziu várias alterações nos padrões contábeis

vigentes. Um ponto que merece ser destacado é que a nova legislação determinava vigência imediata, a partir de exercícios sociais iniciando-se em 1º de janeiro de 2008. Devido, porém, à inexistência de prazo para adequação à nova realidade, diversos estudiosos se posicionaram fortemente contrários à medida, a exemplo de Carvalho (2009, p. 13), que afirmou seria impossível se adequar em apenas três dias, desde publicação da lei em 28 de dezembro de 2007 até dia 1º de janeiro de 2008.

No Brasil a maior parte do mercado, é composta por empresas de pequeno e médio porte. Conforme o SEBRAE São Paulo, em uma pesquisa feita em 2018, no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). Conforme Caríssimo e Pinheiro (2012), o Brasil vem se adequando aos padrões internacionais de contabilidade, não somente no nível das grandes organizações, como também pelas pequenas e médias empresas, através do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, as organizações de médio e pequeno porte devem apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com essas normas.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho consiste em pesquisa de natureza aplicada. Segundo Gil (2017, p. 25) pesquisa aplicada abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem. Podem contribuir para a ampliação do conhecimento científico e sugerir novas questões a serem investigadas.

Quanto à abordagem ela é quali-quantitativa. Pesquisa quali-quantitativa, segundo Fiel (2017) é aquela que envolve métodos quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda do assunto da pesquisa.

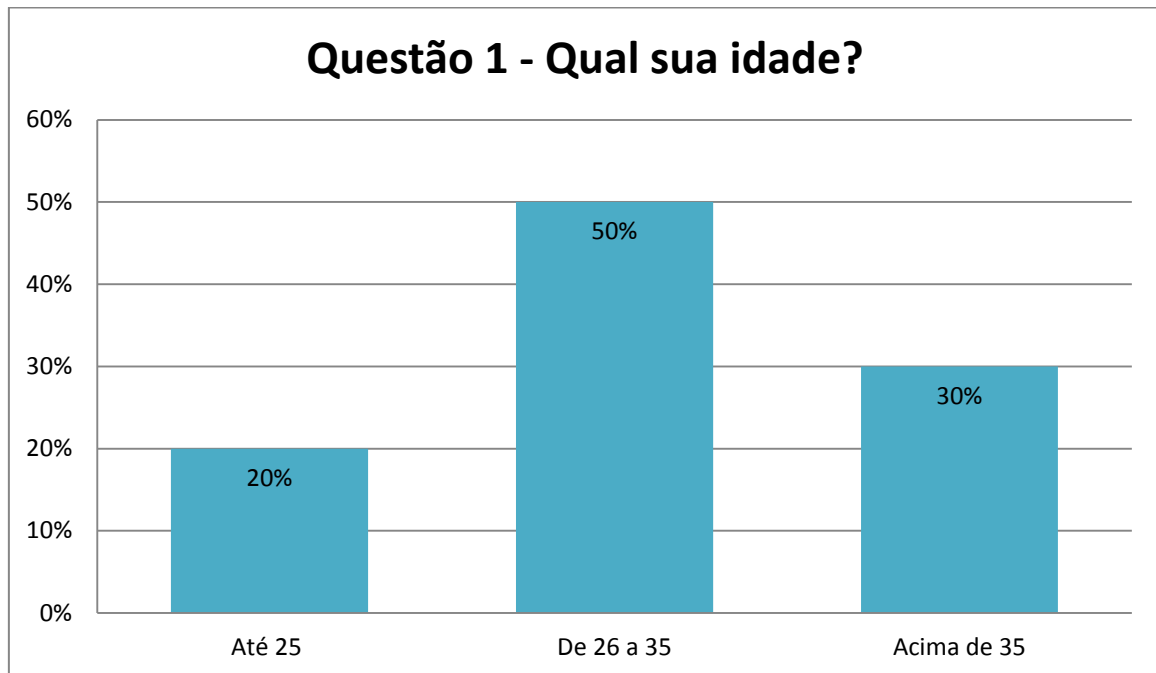
O objetivo é exploratório. Para Gil (2017, p. 26) pesquisas exploratórias têm como propósitos proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Os procedimentos técnicos utilizados são pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. Pesquisa bibliográfica consiste na elaboração, com base em

material já publicado, como livros, revistas, teses, dissertações, entre outros (GIL, 2017, p. 28). Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 86) “O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”. O questionário foi respondido por dez profissionais da área contábil, de empresas de contabilidades de João Monlevade e região.

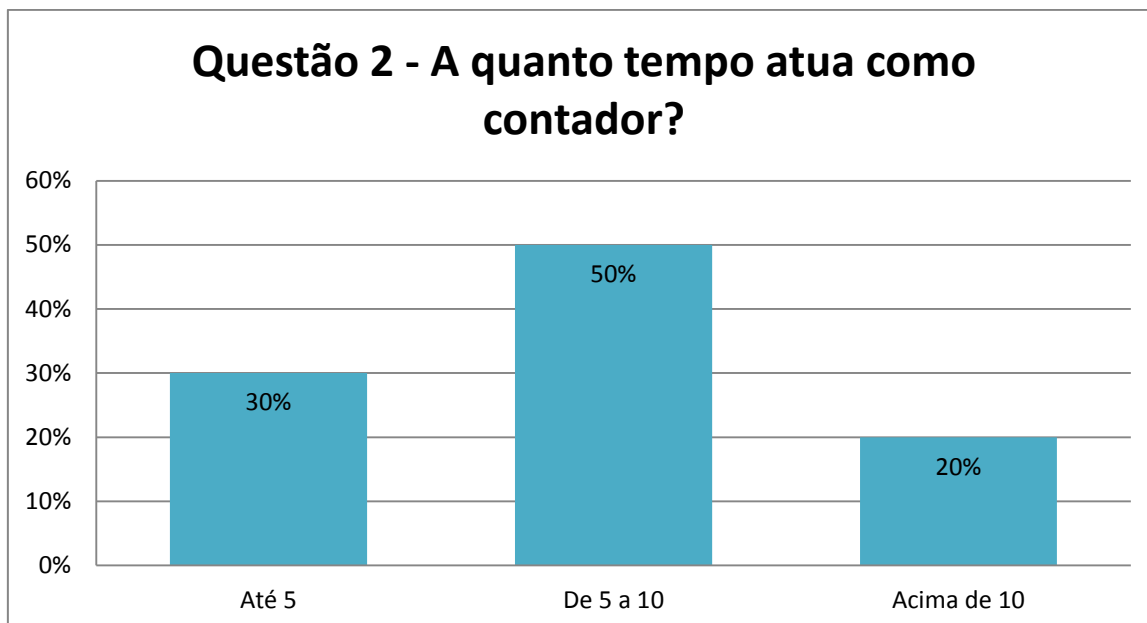
5 PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

Após a aplicação do questionário elaborado, chegou às seguintes conclusões sobre o tema estudado:



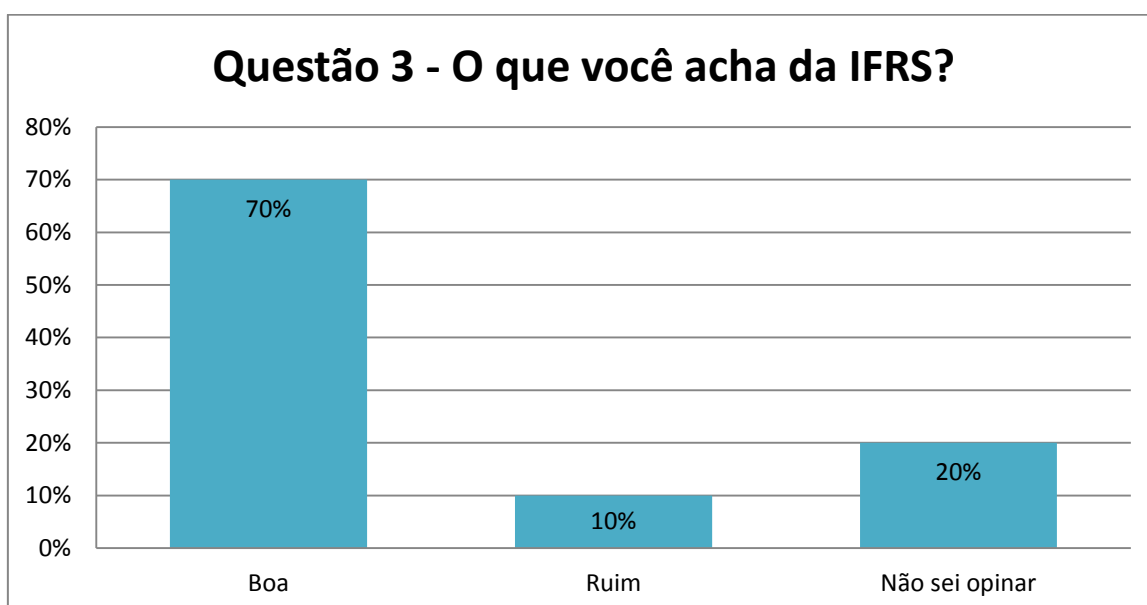
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

Na Questão 1, foi questionado a média de idade do profissional contábil. Vinte por cento (20%) responderam que possuem até vinte e cinco (25) anos de idade. Cinquenta por cento (50%), disseram que tem de vinte e seis (26) a trinta e cinco (35) anos. E trinta por cento (30%) possuem mais de trinta e cinco (35) anos.



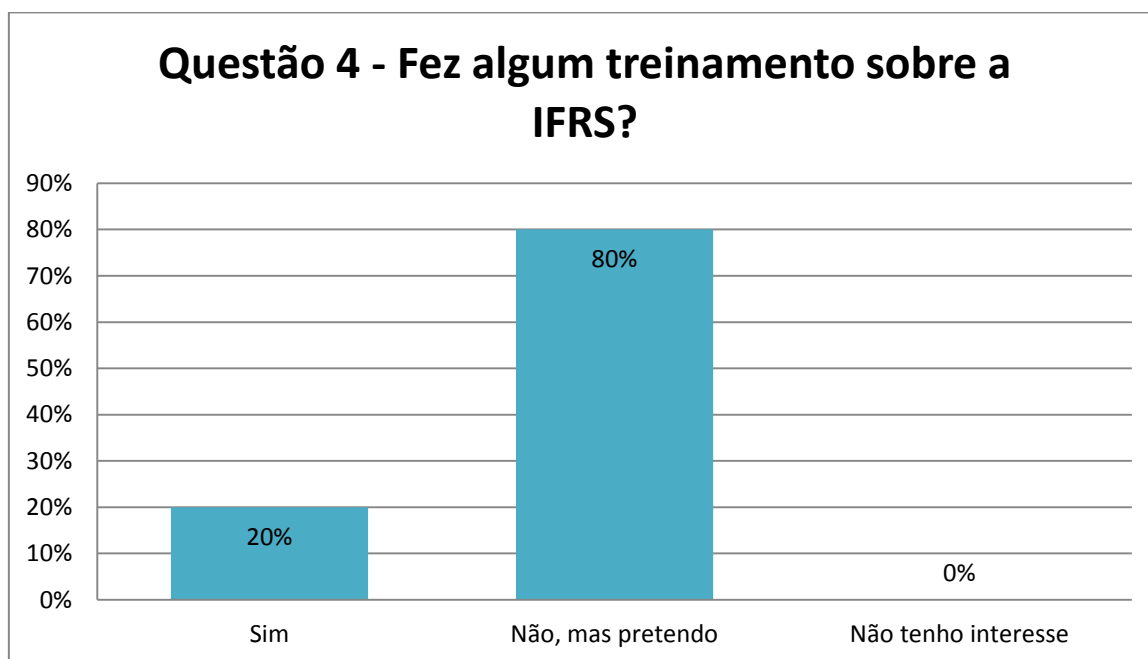
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

Na segunda questão, foi perguntado há quanto tempo o contador atua na profissão. Obtendo com resultado, trinta por cento (30%), trabalham a cerca de cinco (5) anos como contador. Cinquenta por cento (50%) dizem que estão de cinco (5) a dez (10) anos atuando nessa área. E somente vinte por cento (20%) atua acima de dez (10) anos. Percebe-se assim, que a minoria dos entrevistados, trabalhava na época em que surgiu a Lei 11.638/07, vivendo de fato as mudanças ocorridas no começo de 2008.



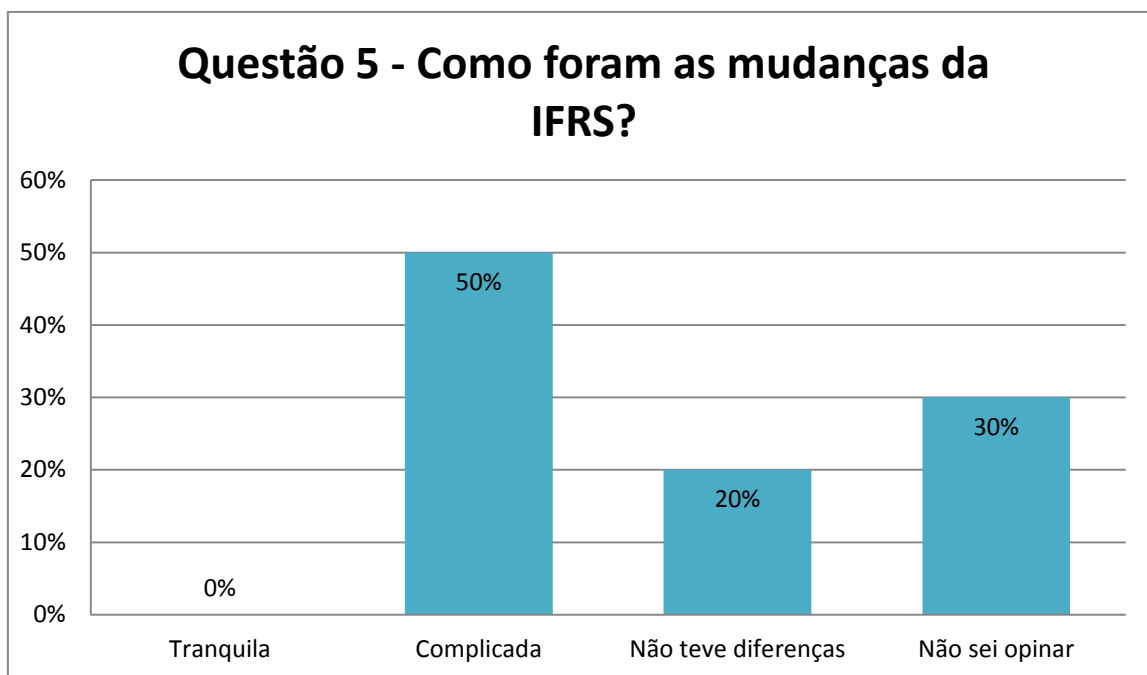
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

Na Questão 3, foi questionado sobre o que os contadores achavam das IFRS's. Sendo que setenta por cento (70%), disseram que foi uma mudança importante. Dez por cento (10%) não perceberam nenhuma mudança nas rotinas contábeis. E vinte por cento (20%) não souberam opinar. Fica assim evidenciado, que os contadores consideram que são importantes as mudanças trazidas pelas Normas Internacionais, pois entendem em parte os benefícios.



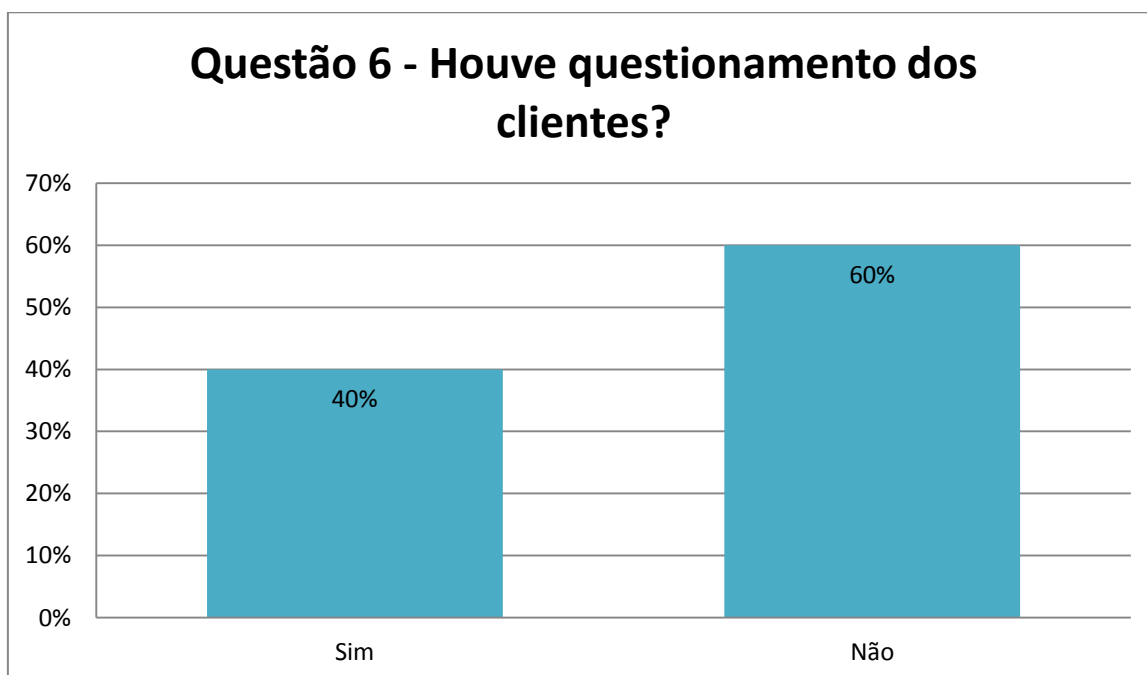
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

A quarta questão, questionou se os profissionais fizeram algum tipo de treinamento, para conhecer as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Vinte por cento (20%) disseram que já fizeram, porém o restante de oitenta por cento (80%) ainda não fizeram nenhum treinamento. Também, ninguém disse não estar interessado. Isso indica que apenas uma pequena parte, já buscou se aprofundar mais sobre o assunto.



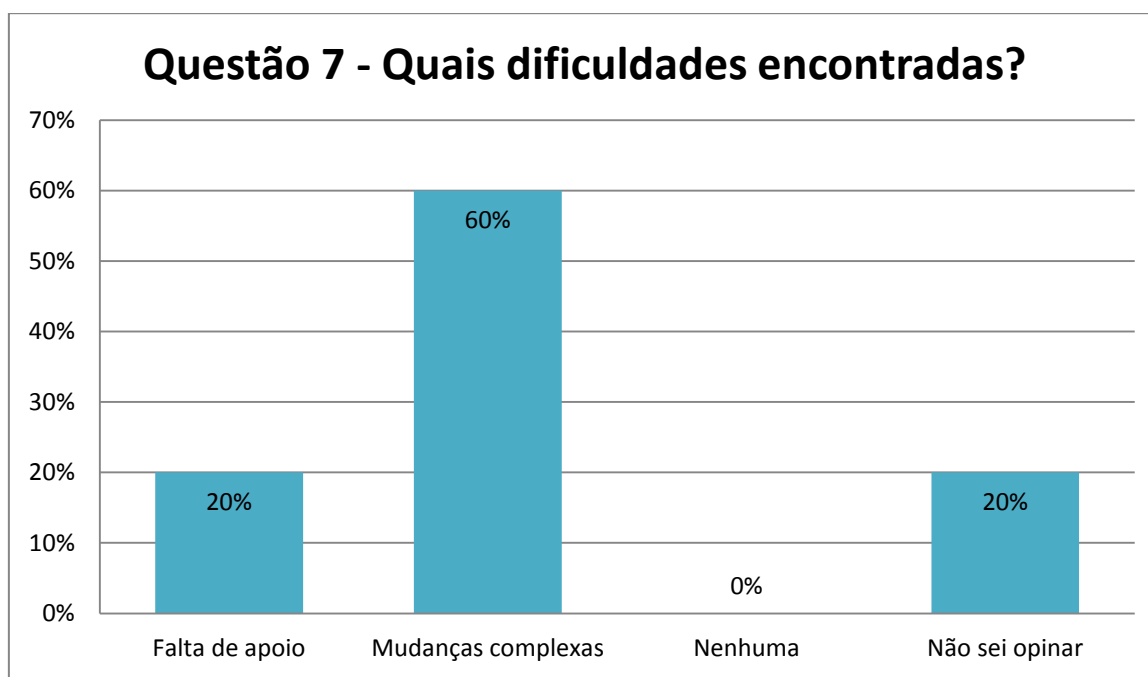
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

Na quinta questão, foi perguntado como o processo de adequação às Normas Internacionais de Contabilidade, foi ou está sendo. Ninguém considerou que foi tranquilo. Cinquenta por cento (50%) dizem que é complicado. Vinte por cento (20%) não perceberam diferenças no exercício da profissão. E trinta por cento (30%) não souberam opinar. Demonstrando assim nessa questão, que os contadores enfrentam dificuldades de entenderem e aplicarem as Normas Internacionais.



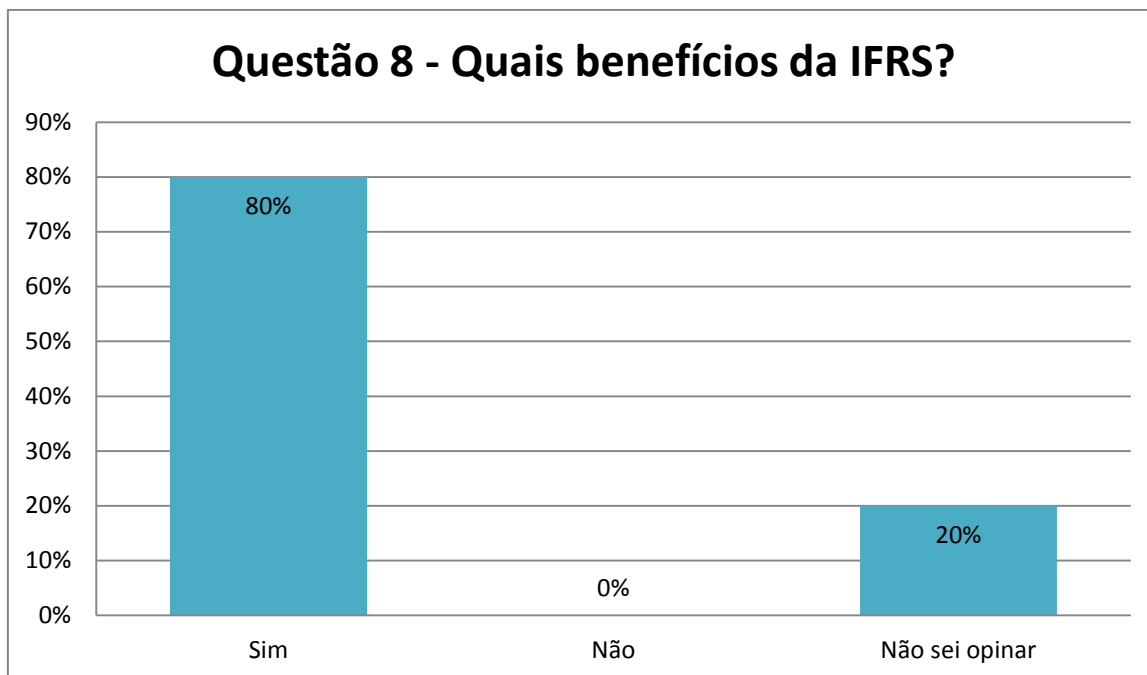
Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

A Questão 6, perguntou se houve questionamento por parte dos clientes sobre as IFRS. Quarenta por cento (40%) disseram que sim, e sessenta por cento (60%) disseram que não. Percebe-se então, que há pouco interesse por parte das empresas em conhecer as IFRS, seja por obrigação ou curiosidade.



Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

A Questão 7, questionou quais dificuldades foram encontradas em relação às Normas Internacionais de Contabilidade. Vinte por cento (20%), disseram que não tiveram apoio de instituições responsáveis, como o CFC e CVM. Sessenta por cento (60%) responderam que as mudanças foram difíceis de entender, causando confusão entre os funcionários. E apenas vinte por cento (20%) não souberam opinar. Então é possível perceber, que a falta de entendimento de como aplicar as IFRS, é o maior problema encontrado.



Fonte: Pesquisa Aplicada (2018)

Na Questão 8, foi questionado se as mudanças trazidas pelas Normas Internacionais, teve algum benefício para os usuários das informações contábeis. Oitenta por cento (80%) perceberam que é necessário se adequar. Ninguém respondeu que não é necessário, e apenas vinte por cento (20%) não souberam dizer. Isso deixa claro que os profissionais entendem a necessidade de se adaptar às Normas Internacionais de Contabilidade, mesmo que no momento, muitos ainda não aplicam ou não conhecem a Normas Internacionais.

As duas últimas questões, 9 e 10, foram questões abertas. Na Questão 9, foi questionado quais os benefícios para os profissionais contábeis, que a implementação das Normas Internacionais trouxe para o exercício da profissão. Em síntese, o principal benefício indicado, foi à padronização das práticas e demonstrações contábeis. Na Questão 10, foi perguntado qual o reflexo das Normas Internacionais para as empresas de modo geral. Foi destacada a melhoria nas demonstrações, representando de maneira mais fiel à realidade econômica e financeira de empresa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Normas Internacionais de Contabilidade surgiram com o objetivo de padronizar as práticas e normas contábeis, de diferentes regiões. Criada pela IASB (*International Accounting Standards Board*), instituição responsável pela criação e divulgação de IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que seriam as Normas Internacionais. No Brasil, ela foi iniciada com a promulgação de Lei 11.638/07 em 28 de Dezembro de 2007. O órgão responsável por interpretar as IFRS e divulgar os procedimentos técnicos, é o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

As IFRS trouxeram diversas mudanças nas práticas contábeis, que até os dias de hoje, geram grandes dúvidas em relação à sua aplicação. O objetivo desse trabalho é verificar principalmente a importância e os obstáculos de implementar as Normas Internacionais de Contabilidade. Entender também, como as Normas influenciam no crescimento e desenvolvimento da organização, tanto no ponto de vista das empresas, como a dos contadores.

Pela pesquisa aplicada, e com base no referencial teórico, pode-se concluir que apesar de boa parte dos profissionais contábeis entenderem a importância de se adequar, o preparo e busca do conhecimento necessário ainda é escasso. Enfrentando dificuldades como prazo apertado, complexidades de algumas mudanças e aumento dos custos para as empresas, os benefícios nem sempre são percebidos pelos usuários das informações contábeis.

Uma empresa que está em desenvolvimento, precisa aplicar as Normas Internacionais em suas demonstrações, pois o mercado globalizado, já adota o padrão internacional. Muitos consideram que as IFRS devem ser aplicadas somente às companhias de grande porte ou capital aberto, porém ela é obrigatória para todas as empresas atualmente.

Portanto, principalmente os contadores, devem estar totalmente inteirados sobre a Lei 11.638/07 e os CPCs publicados, assim preparados para atender as demandas do mercado econômico, em conformidade com a legislação brasileira ao fim do prazo de harmonização. Através da pesquisa bibliográfica do referencial teórico e análise dos dados aplicados em questionário, foram alcançados os objetivos propostos nesse artigo e respondido a pergunta norteadora.

INTERNATIONAL ACCOUNTING: ITS IMPORTANCE AND OBSTACLES IN THE IMPLEMENTATION OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS.

ABSTRACT

International Accounting is indispensable for any organization that wishes to expand its business. Regulated by the IASB (International Accounting Standards Board), the International Financial Reporting Standards (IFRS) have been created, which are a set of accounting standards and procedures. In Brazil, international accounting standards emerged with promulgation of Law No. 11,638, in 2007. This new law introduced important concepts of corporate law, aligning, also, the Brazilian standardization to the laws of the United States and European countries. The IFRSs are analyzed and published as technical procedures by the CPC (Accounting Pronouncements Committee). In order to answer the objectives of this work to understand the importance of applying IFRS, as well as its difficulties, were used as methodology in this work, applied research, qualitative-quantitative approach and exploratory objective. Bibliographical studies and questionnaires were used to find out how this process of harmonization of Brazilian standards was and is being applied to International Standards. It is concluded that facing difficulties such as tight deadlines, complexities of some changes and increased costs for companies, the benefits are not always perceived by the users of the accounting information. Finally, it is expected that this work can contribute to the clarification of the issues related to the process of adaptation to the International Accounting Standards.

Keywords: Standards. Adequacy. Business Expansion.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane T. de. **A Evolução da Contabilidade: seus avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais**. Anuário de Produção Científica, Instituto de Ensino Superior, ano 1, n. 1, out. 2012.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Comunicado N. 014259**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>. Acessado em: 5 de maio de 2018.

BARBOSA, J. E.; DIAS, W. de O.; PINHEIRO; L. E. Taboada. **Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto**. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, 2009, v.20, n.4, p.131-153.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638**, de 29-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, promulgada em 28 de novembro de 2007. Presidência da República, Casa Civil. Brasília.

CARÍSSIMO, Cláudio Roberto; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo através dos escritórios contábeis de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 13, n. 48, p.6-15, dez. 2012.

CARVALHO, L. Nelson. LEMES, Sirlei. COSTA, Fábio. **Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008, 271p.

CARVALHO, L. N. G. **Por que investir em desenvolvimento profissional**. Revista Brasileira de Contabilidade, 2009 n. 175, p. 11-27.

CASTRO, I. **Contabilidade Internacional: o Brasil e o processo de harmonização das normas internacionais contábeis**. 2013. 24p. Artigo (Ciências Contábeis). Faculdade São Francisco de Barreiras. Bahia, 2013.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Técnicos. Pronunciamentos. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acessado em: 5 de maio de 2018.

FIEL, Carolina. **O que é Pesquisa Quali-Quantitativa?** 2017. Disponível em: <<https://pt.lifeder.com/pesquisa-quali-quantitativa/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. 173 p.

INVESTOR. **TESTE DE IMPAIRMENT: CONCEITO, REGRAS E METODOLOGIAS**. 2016. Disponível em: <<https://investorcp.com/teste-de-impairment/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009, 192p.

Normas e Regras. **Pesquisa Qualitativa: O que é? Como fazer uma? TCC e Monografias**. 2016. Disponível em: <<https://www.normaseregras.com/dicas/pesquisa-qualitativa/>>. Acessado em: 27 de maio de 2018.

Revista de Economia & Relações Internacionais. Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, v.10, n.20, 2012.

SAIKI, T.G.; ANTUNES, M.T.P. **Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15**. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços, n. 46, 2010.

SEBRAE SÃO PAULO (São Paulo). **Pequenos negócios em números**. 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios->

em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SILVA, Gilmar Duarte. **Novas Normas Contábeis (IFRS) Exigem Ainda Mais Profissionalismo**. 2011. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ifrs-profissionalismo.htm>>.
Acessado em: 27 de out. de 2018.

TORRES, Fernando. **IFRS para todos**. 2010. Disponível em:
<<https://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/2143774/ifrs-para-todos>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

APÊNDICE

FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE INSTITUTO ENSINAR BRASIL - REDE DOCTUM DE ENSINO

CONTABILIDADE INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA E OS OBSTÁCULOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.

A Contabilidade Internacional, hoje em dia, se torna indispensável para qualquer organização que deseje expandir seus negócios. Qual é a importância e os obstáculos de implementar as Normas Internacionais de Contabilidade? Buscando responder esta questão, foi criado o questionário abaixo, para poder observar os impactos das Normas Internacionais (IFRS). Seu nome, ou da empresa não será divulgado de nenhuma forma. Este questionário é somente para fins acadêmicos.

- 1- Qual sua idade?
 - a) Até 25 anos;
 - b) De 26 a 35 anos;
 - c) Acima de 35 anos.

- 2- A quanto tempo atua como contador?
 - a) Até 5 anos;
 - b) De 5 a 10 anos;
 - c) Acima de 10 anos.

- 3- Sobre as IFRS, você considera que:
 - a) Foi uma mudança necessária;
 - b) Não mudaram em nada as rotinas contábeis;
 - c) Não sei opinar.

- 4- Você fez algum treinamento sobre as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)?
 - a) Sim;
 - b) Não, mas pretendo;
 - c) Não tenho interesse.

- 5- Durante o processo de adequação para às Normas Internacionais, com a Lei 11.638/07, em sua empresa foi ou está sendo:
 - a) Tranquila;
 - b) Complicada;
 - c) Não teve diferenças;
 - d) Não sei opinar.

- 6- Os clientes te questionaram ou questionam sobre a IFRS?
- a) Sim.
 - b) Não.
- 7- Quais são as principais dificuldades encontradas em relação às Normas Internacionais de Contabilidade?
- a) Falta de apoio de instituições responsáveis (CFC, CVM, BACEN);
 - b) Mudanças complexas, que os funcionários não entendiam;
 - c) Nenhuma, pois foi tranquilo;
 - d) Não sei opinar.
- 8- Em sua percepção, apesar de todas as dificuldades encontradas, em se adaptar às Normas Internacionais de Contabilidade, essa foi uma mudança necessária e benéfica para os usuários de informações contábeis?
- a) Sim, pois é preciso se adaptar ao padrão internacional, para poder expandir os negócios.
 - b) Não, pois as mudanças geraram uma série de problemas para a contabilidade e empresa, não sendo necessário se adaptar as Normas Internacionais.
 - c) Não sei opinar.
- 9- Em sua opinião, quais benefícios para os profissionais contábeis que a implementação das Normas Internacionais, trouxe para o exercício da prática contábil?
- 10- Qual o reflexo e a importância das Normas Internacionais para as empresas de modo geral?